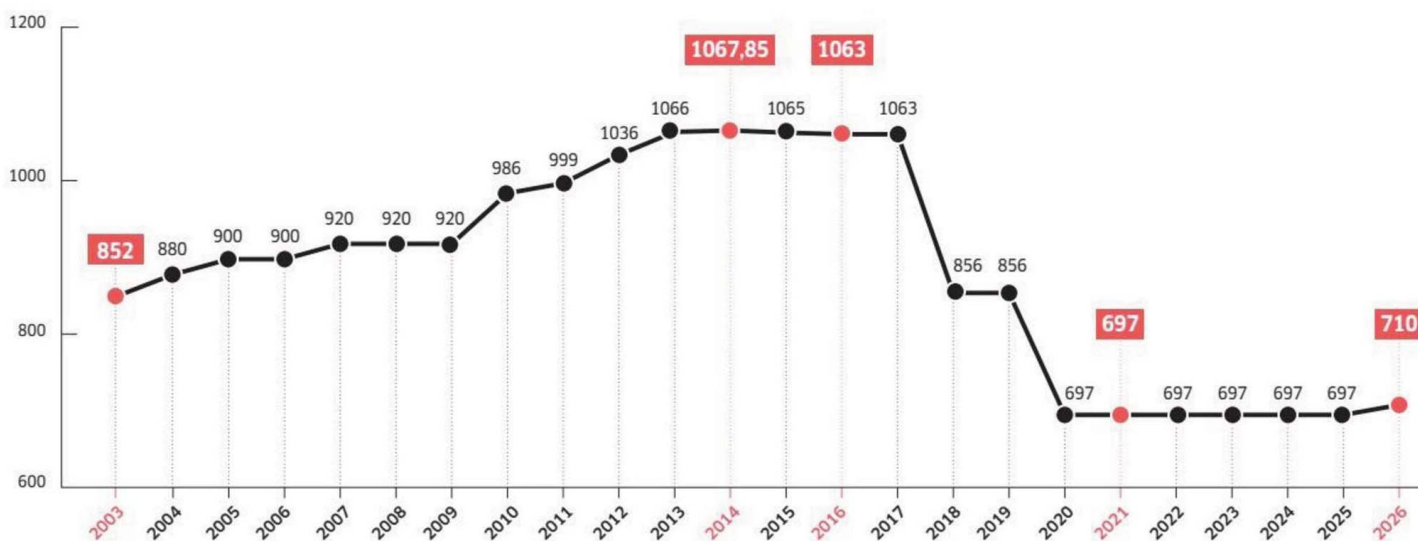


Alunos deixam 36 milhões por pagar em propinas nas maiores universidades

Evolução do teto máximo das propinas (em euros)



FONTE: LEVANTAMENTO FEITO PELO JN INFOGRAFIA JN

Atrasos nas bolsas da ação social entre as causas apontadas para as infrações. Finanças com mais de três mil pedidos para cobrança coerciva

Abílio T. Ribeiro
abilio.ribeiro@jn.pt

SUPERIOR Os estudantes do Ensino Superior falharam o pagamento de mais de 36 milhões de euros em propinas às principais universidades e politécnicos públicos. O valor é um acumulado dos últimos três anos letivos de 14 instituições públicas portuguesas. No mesmo período, foram recuperados mais de 16 milhões de euros e remetidas 3653 certidões de cobrança coerciva ao Fisco. O Orçamento do Estado para 2026 contempla a subida da propina máxima.

A poucos dias da manifestação de estudantes contra as propinas, na Assembleia

da República, o JN questionou as 27 instituições públicas do país sobre as dívidas dos alunos e, das 14 respostas que recebeu, o valor das mensalidades em falta é de 36,1 milhões de euros. Estas 14 universidades e politécnicos abrangem cerca de 133 755 estudantes, numa altura em que estavam registados no Ensino Superior público 363 457 alunos em 2024/2025.

O Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) tem 15,8 milhões de euros em falta nos últimos três anos, seguindo-se a Universidade do Minho, com 7,1 milhões, e a Universidade do Porto, com uma dívida total de 4,6 milhões. Estes valores remontam a dívidas em que o

prazo para pagamento já terminou. Em Coimbra, a verba em falta supera os dois milhões de euros. Já no ensino politécnico, em Setúbal, o valor atinge os 1,8 milhões de euros e 1,3 milhões em Leiria.

ATRASO DA AÇÃO SOCIAL

Para Maria José Fernandes, presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, estes números são encarados com grande preocupação, uma vez que as propinas são as “principais fontes de receitas das instituições”.

“As possíveis razões serão, necessariamente, as dificuldades económicas das famílias, agravadas pelo aumento generalizado do custo de vida, mas também o abandono escolar, deixando as propinas por regularizar. O atraso na atribuição de bolsas de estudo poderá ser outra razão e ainda o desconhecimento quanto à obri-

gatoriedade de liquidar o valor de propinas”, acrescenta a professora.

Francisco Porto Fernandes, presidente da Federação Académica do Porto, refere que o reforço da ação social é uma das soluções para o problema. “Pode haver casos em que as pessoas não conseguem mesmo pagar e é um impedimento à igualdade de oportunidades. As instituições também precisam desse montante para fazer face às suas despesas e muitas das vezes estão impedidas por esses montantes estarem em dívida”, adianta.

Em 2015, as dívidas às universidades passaram a ser equiparadas a qualquer outra dívida ao Estado, permitindo às instituições avançar com cobranças coercivas. Na prática, os devedores podem ser alvo de penhoras ou ativos, como é o caso do próprio salário.

Nos últimos três anos letivos, de acordo com as insti-

DADOS



euros

É o valor da bolsa mínima, de acordo com o Regulamento das Bolsas de Estudo no âmbito da Ação Social no Ensino Superior. Além disso, o complemento de alojamento fora de residência dos serviços de ação social é de 219 euros por mês.



VESTI/PORTEL ONLIN

tuições que responderam ao JN, foram emitidas 3563 certidões para cobrança. No mesmo período, as universidades e politécnicos recuperaram 16,5 milhões de euros.

A Universidade do Porto destaca-se, com 9,2 milhões restituídos, seguindo-se o Politécnico de Tomar, com 2,2 milhões, e o Politécnico de Castelo Branco, com 1,4 milhões. O JN pediu o número total de cobranças coercivas ao Ministério das Finanças, mas não obteve resposta.

EVITAM USAR O FISCO

Apesar destes números, ainda há instituições que não aplicam o instrumento ou tentam reaver os emolumentos de outras formas. A Universidade do Minho, por exemplo, só procede à atribuição dos graus académicos “depois de ter confirmado que o estudante não tem propinas em dívida”, embora reconheça que os incumprimentos “têm-se verificado no contexto do Ensino Superior nacional”.

O Politécnico de Tomar afirma que tem optado por “avisar os estudantes faltosos da existência da dívida e da viabilidade e vantagem de acordar a realização de planos de regularização de propinas em atraso”.

Maria José Fernandes nota que, com a possibilidade de cobrança pela Autoridade Tributária, é mais fácil reaver o dinheiro: “Há efetivamente uma redução significativa das dívidas, uma vez que as instituições conseguem cobrar estes valores dentro dos prazos estabelecidos nestes processos de cobrança ou, em última instância, através da cobrança coerciva da AT”.

Encontrar um quarto a preço acessível é a principal dificuldade

Estudantes dizem que alojamento pesa mais na carteira

Associações preocupadas com preços e falta de atratividade

Abílio T. Ribeiro
abilio.ribeiro@jn.pt

CRISE Apesar das propinas representarem um encargo considerável no orçamento das famílias, é nas despesas com o alojamento que os estudantes encontram os maiores entraves à entrada no Ensino Superior. As três maiores associações académicas do país denunciam que a consequência da falta de camas já está à vista.

Num ano em que o número de caloiros foi o mais baixo em quase uma década, o presidente da Federação Académica do Porto (FAP), Francisco Porto Fernandes, avisa que o grande problema dos estudantes do Ensino Superior é mesmo o alojamento estudantil. “A propina de um ano é de 700 euros e há pessoas que pagam mais de metade disso todos os me-

ses”, refere. Para o dirigente, aumentar as despesas a cargo dos estudantes, como é o caso da propina, “não faz sentido”, até porque “a educação desde a creche até ao Superior é um bem que causa externalidades positivas na sociedade”, defende.

UM SALÁRIO PARA DORMIR

Carlos Magalhães, presidente da Associação Académica de Coimbra (AAC), denuncia que, na cidade dos estudantes, existem pouco mais de mil alojamentos para um universo de 27 mil alunos: “Nem sequer nos 10% estamos. Nesta zona, onde as camas têm chegado aos 300 euros, isso acrescenta um valor ‘extrapropina’, uma necessidade de cerca de dois terços do salário mínimo nacional. Se formos para zonas metropolitanas, como Lisboa e Porto, este valor quase que duplica”.

“Não estamos a criar atratividade, não estamos a criar quadros, e muito menos estamos a criar mais condições para que fiquem em Portugal, porque dois

em cada três jovens, atualmente, quando acabam os seus cursos, pretendem emigrar”, acrescenta o presidente da AAC.

O cenário repete-se na capital. Na Federação Académica de Lisboa (FAL), são as questões relacionadas com o alojamento que estão por detrás da maioria dos pedidos de ajuda que chegam à associação. “É o mais difícil de encontrar a preços acessíveis com condições dignas”, corrobora o presidente, Pedro Neto Monteiro, sublinhando que “não deve estar ao encargo dos estudantes pagar a sua educação superior, mas, sim, é uma responsabilidade do Estado formar os seus cidadãos”.

Ao JN, a AAC adianta ainda que já ajuda alunos que não são abrangidos pela ação social: “Em três anos, o Fundo de Ação Social António Luís Gomes ajudou cerca de 200 estudantes com uma bolsa no valor de 917 euros. Não serve só para a questão da propina, ou habitação, também alberga estudantes que tenham doenças crónicas”.



Francisco Porto Fernandes
Presidente da FAP

“Mais do que uma questão do valor [da propina] é uma questão de princípio e de sinalização por parte do Estado do quão importante é a educação superior”



Carlos Magalhães
Presidente da AAC

“Cerca de 70% a 80% dos estudantes não têm alojamento e têm de se virar para o mercado privado e mercado paralelo que existe, com condições que não são dignas”



Pedro Neto Monteiro
Presidente da FAL

“Entendemos que a propina deve ser gradualmente reduzida até chegar a um valor nulo, mas a intenção deste ministro [da Educação] é caminhar num sentido inverso”

Saem à rua no último dia de discussão orçamental

Manifestação contra a propina decorrerá junto ao Parlamento

PROTESTO Os estudantes do Ensino Superior vão manifestar-se junto ao Parlamento, no dia 28 de outubro, contra o descongelamento do valor das propinas anunciado para o próximo ano. O protesto está marcado para o último dia da discussão do Orçamento do Estado. As três maiores associações académicas têm opiniões diferentes sobre a manifestação. A Associação Académica de Coimbra confirmou a sua participação e a Federação Académica de Lisboa notou que os seus associados vão marcar presença. A Federação Académica do Porto não se vai associar porque entende tratar-se de uma manifestação de “juventudes partidárias”.

Mensalidade já foi de 1067 euros e vai ser descongelada

BALANÇO Desde o início do século, o valor das propinas passou de 318 para 697 euros, mas já chegou a atingir o pico de 1067,85 euros. Em 2003, foi determinado um valor mínimo correspondente a 1,3% do salário mínimo nacional, que foi subindo gradualmente até ser deliberado o seu congelamento. Em 2019, a proposta do Bloco de Esquerda foi acolhida pelo Governo de António Costa e a propina máxima da licenciatura desceu pela primeira vez em duas décadas. No ano de 2020, houve mais um alívio, tendo-se verificado o congelamento do valor máximo, nos 697 euros. Para o ano, os estudantes vão ter de desembolsar mais 13 euros.

Estudantes devem 36 milhões em propinas às universidades

Finanças receberam quase quatro mil pedidos de instituições públicas para cobranças coercivas

ISCTE tem 15,8 milhões de euros em falta e no Minho as dívidas dos alunos ascendem a sete milhões **p. 4 e 5**